Necropolítica e Desordem Informacional na Cobertura Midiática do Assassinato de Marielle Franco[1]

Helena Levate[2]
Kamila Siqueira[3]
Maria Fernanda Esteves[4]
Maurício João Vieira Filho[5]
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

RESUMO
Neste trabalho, objetiva-se analisar a cobertura midiática do assassinato da vereadora Marielle Franco para compreender como a imprensa brasileira retratou o crime e sua investigação. A partir da análise de conteúdos midiáticos com base em textos acadêmicos, foram estudadas matérias jornalísticas de veículos comunicacionais. A pesquisa indica que há divergências na abordagem da imprensa. Veículos tradicionais colaboraram para a disseminação de desinformação e discursos de ódio direcionados à imagem da vereadora. Veículos alternativos se propuseram a resgatar a memória de Marielle e evidenciaram questões sociais que a tornaram alvo da violência.
PALAVRAS-CHAVE: Marielle Franco; cobertura midiática; desordem informacional; necropolítica; desigualdade social.

Marielle Franco nasceu em 1979, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Ela era mulher, negra, militante, mãe e bissexual. Formada em Sociologia pela PUC-Rio, começou a participar de movimentos de direitos humanos após ingressar em um curso pré-vestibular comunitário e perder uma amiga vítima de bala perdida em um confronto entre policiais e traficantes. Tornou-se vereadora do Rio de Janeiro, em 2016. Foi presidente da Comissão da Mulher na Câmara e coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Em 14 de março de 2018, o carro em que a vereadora estava com o motorista Anderson Gomes foi atingido por 13 tiros. Ambos morreram. Marielle retornava do evento "Jovens Negras Movendo as Estruturas", onde, naquela noite, encerrou a fala com a citação de Audre Lorde: "não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas" (Lorde, 2019, p. 168). Com essa fala, Marielle reafirmava como a luta contra a opressão de mulheres negras deve

[1] Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT03NO - Comunicação, Corporalidades e Minorias, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.
[2] Estudante de Graduação do 2º período do Curso de Jornalismo da UFJF, e-mail: helenalevatep@gmail.com
[3] Estudante de Graduação do 2º período do Curso de Jornalismo da UFJF, e-mail: mafeesteves354@gmail.com
[4] Estudante de Graduação do 2º período do Curso de Jornalismo da UFJF, e-mail: kamila.srmagalhaes17@gmail.com
[5] Orientador do trabalho. Professor substituto da UFJF, e-mail: mauriciovieiraf@gmail.com.

ser coletiva. Após a potência política de Marielle ameaçar projetos da milícia carioca, ela foi assassinada, o que reforça a condição de repressão de gênero e de raça vivida por mulheres negras. Conforme Sueli Carneiro (2019), a intersecção entre racismo e sexismo gera confinamento social e mantém mulheres em condições de invisibilidade e marginalização.

É válido acentuar que as motivações do crime foram políticas e envolviam questões sociais enraizadas na sociedade brasileira, como a necropolítica. Esse conceito evidencia a ideia de uma soberania que não controla somente a vida, mas também a morte, ou seja, "nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é" (Mbembe, 2016, p. 135). A necropolítica ressalta como o Estado se afirma soberano por meio da eliminação de corpos que desafiam a ordem vigente ou são opostos a ela (Mbembe, 2016). Marielle — mulher, negra, membro da comunidade LGBTQIA+, ativista dos direitos humanos e no combate às milícias do Rio de Janeiro — simboliza todos os aspectos do que a necropolítica considera como "vida descartável". Mbembe (2016) assinala que o Estado de Exceção descreve a condição na qual territórios marginalizados se encontram, em especial, as favelas, onde todas as leis são suspensas, e a violência se torna a única forma de poder. A violência, representada pelas milícias e pela polícia, se torna braços do necropoder, que decide arbitrariamente quem deve morrer, e Marielle, ao dar voz às populações em vulnerabilidade, desafiava essa lógica.

Mbembe (2016) destaca também que esse poder sobre a vida do outro assume a forma comercial, na qual a mão de obra militar é comprada e vendida, afirmação consoante à motivação do assassinato de Marielle Franco, impulsionado pela atuação dela contra um esquema de loteamento de terras em áreas de milícias no Rio de Janeiro. Marielle desejava utilizar as terras para fins sociais. Esse conflito político resultou no silenciamento da vereadora, executado por meio da compra de um servidor do Estado com ligação às milícias, reforçando a teoria de como a política atua em sociedades marcadas pela desigualdade e pela soberania de determinados indivíduos.

Acreditamos que o assassinato não foi apenas um crime político, mas um recado para silenciar resistências e manter a estrutura de poder que sustenta a necropolítica no Brasil. O Estado não apenas mata, mas transforma a morte em espetáculo e mensagem de terror. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é analisar a cobertura midiática do

assassinato da vereadora Marielle Franco para compreender como a imprensa brasileira retratou o crime e sua investigação[6]. A espetacularização do caso e a disseminação de desinformação exemplificam o poder de influência que os meios de comunicação desempenham na sociedade. Ao desviar o foco das investigações sobre os responsáveis pelo crime e dar espaço a boatos, parte da imprensa contribuiu para a circulação de informações falsas ou enganosas, amplificadas nas plataformas digitais para promover a venda em detrimento da verdade (Wardle; Derakhshan, 2019).

A desordem informacional é dividida em três concepções: informação incorreta, desinformação e má informação. A informação incorreta consiste na divulgação de uma informação falsa que o emissor acredita ser verdadeira. A desinformação acontece quando é divulgada uma informação tendo o conhecimento de que ela é falsa. Por último, a má informação, que se baseia na realidade, mas é usada para causar danos a uma pessoa, organização ou país (Wardle; Derakhshan, 2019).

A cobertura midiática de casos de violência política revela não apenas como os fatos são narrados, mas também como certas vidas são enquadradas dentro das dinâmicas de poder que organizam quem merece ser lembrado e quem é condenado ao esquecimento. No caso, as tentativas do Estado de manchar a memória de Marielle são postas por meio do racismo e da misoginia como fundamentos da cultura ocidental. O Brasil tem feridas abertas e noções enraizadas que marginalizam e descriminam pessoas pretas, tratando-as como forasteiros em seu próprio país, apesar de representarem mais de 55% da população brasileira, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE. Como Lélia Gonzalez (2018, p. 474) explica, “a luta do negro brasileiro vem desde que começou a escravidão. Não é de agora”. E, às mulheres negras, é reservado o lugar da marginalização.

Marielle não morreu apenas por lutar contra as milícias cariocas. Marielle foi assassinada por ser uma mulher preta no poder que questionava a ordem vigente. Mesmo após a morte, a memória de Marielle ainda sofre ataques que visam descredibilizá-la e reduzi-la a estereótipos de violência, associando-a a figuras negativas. Os ataques, em sua maior parte, tiveram impulsionamento a partir de falas

[6] Em razão do espaço limitado do resumo expandido não esmiuçaremos todo o material coletado para a pesquisa. Para o trabalho, procedemos à coleta de matérias jornalísticas datadas desde o assassinato e observamos como o caso foi retratado em diferentes veículos midiáticos. Não se trata de um levantamento exaustivo que pretende esgotar tudo que foi publicado sobre o tema, mas perceber como a cobertura foi feita em diferentes meios.

como a da ex-desembargadora Marília Castro Alves, que, em depoimento, afirmou que "Marielle estava engajada com bandidos e é cadáver comum", além de acusar a vereadora de parceria com o Comando Vermelho, uma das maiores facções criminosas do Brasil. Narrativas com o mesmo teor foram reproduzidas e divulgadas por veículos de comunicação, como a *Folha de S.Paulo* e a matéria "desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é 'cadáver comum'", que questionaram o caráter de Marielle e abordaram o assassinato com reforços a estigmas e a invisibilização das questões raciais e sociais por ela defendidas.

Entendemos que o caso apresenta as características da desordem informacional (Wardle; Derakhshan, 2019) desde a fala da ex-desembargadora com acusações de engajamento com bandidos. Percebemos que a cobertura do caso é carregada pela influência do racismo, machismo e LGBTfobia estrutural do Brasil, visto a forma como ela foi conduzida. O assassinato foi abordado com despreparo e pelo atravessamento de mentiras e declarações contra a imagem e o caráter da vereadora, que, devido à repercussão do caso, demoraram a ser desmentidas e prejudicaram as investigações e o legado de Marielle. Em contrapartida, a cobertura feita por mídias digitais independentes abordou a situação de forma condizente com a realidade e considerou todas as implicações que ocasionaram o crime.

Casos de feminicídios abordados nas mídias evidenciam um apagamento da vítima que pode ser entendido como uma "segunda morte", desta vez imposta pela forma com a qual a mídia aborda os casos, não dando o devido destaque à história da vítima (Leal; Carvalho; Antunes, 2020). Nas primeiras semanas após a morte de Marielle, veículos de comunicação adotaram uma abordagem impessoal e focada na figura de Marielle como uma "vítima", ao deixar de lado a complexidade de seu trabalho político e as implicações do crime. A imprensa optou por categorizar o caso como apenas um crime político, devido à luta de Marielle a favor dos direitos humanos e contra a milícia, e às diversas críticas contra a Polícia Militar. O site *UOL*, em uma matéria publicada no dia da morte, assumiu uma abordagem mais generalizada a respeito do caso, com foco no assassinato e na possível motivação que, para o jornal, estava relacionada à postura dentro do cenário político. Essa escolha narrativa não se restringe apenas ao *UOL*, mas também a outros veículos, como uma tentativa de apagar as outras pautas que Marielle representava. A posição como mulher negra e bissexual

foi descartada pelos jornais, como se tais aspectos fossem definidores de Marielle como cidadã e não aspectos determinantes para transformá-la em alvo de ameaças e, posteriormente, de um atentado contra sua vida.

Determinado sensacionalismo pode ser percebido na matéria do jornal *O Estadão* e publicada após o assassinato, com manchete "O assassínio da vereadora". O texto assume viés ideológico, no qual é colocado em questionamento se o assassinato da vereadora realmente teria motivação política, com a afirmação de que a repercussão e o movimento de luta por justiça por parte do PSOL e aliados não era pelo crime em si e por Marielle, que, segundo a matéria, era desconhecida antes da morte, mas sim como estratégia política. O jornal não só optou por uma abordagem sensacionalista ao atrelar a tragédia a questões ideológicas e partidárias, como também assume um caráter insensível ao tratar Marielle como um "pretexto" para dar voz às pautas da esquerda no Brasil.

Necessário pontuar como a propagação da fala de Marília Castro Neves por parte da mídia foi utilizada de forma a transformar o crime em espetáculo de acusações e especulações a respeito da vida e da atuação política de Marielle. Ao reproduzir a fala da desembargadora, não há preocupação em contrapor essa mentira. A apresentação dos fatos de forma fria e pouco aprofundada foi estabelecida com a intenção de difamar e descredibilizar a história da vereadora. Marielle não teve apenas sua imagem atrelada a mentiras, mas também teve suas pautas esvaziadas pela mídia, reforçando que ela seria só mais um corpo e não alguém digna de reconhecimento e sensibilidade ao ser retratada.

Em contrapartida, veículos midiáticos alterativos desempenharem um papel importante ao trazer à tona a dimensão do assassinato. O foco foi dado nas questões de justiça racial, violência policial e corrupção, bem como alertaram sobre tentativas de deslegitimar a memória e a vida da vereadora. As redes sociais digitais foram espaços de mobilização para protestos e resgate da memória de Marielle, ao clamarem por justiça e transparência, cobrando a investigação do caso e a responsabilização dos criminosos.

A *Carta Capital* publicou o artigo "Assassinato de Marielle na mídia: a descontextualização de uma luta" com críticas à repercussão tendenciosa das mídias e exposição dos veículos impressos e televisivos que escolheram retratar o caso dessa

forma. Determinadas tentativas, mesmo que isoladas, exercem grande influência para a exposição do verdadeiro aspecto que permeia o crime, como também para denunciar como militâncias e pautas sociais são tratadas no jornalismo como alvos de silenciamento e diminuição. Ademais, a *Carta Capital* denuncia as estratégias utilizadas pelos veículos para despolitizar o crime.

O legado e a luta da vereadora não foram esquecidos pela falta de imparcialidade dos veículos tradicionais e foram resgatados pelas mídias alternativas. Neste trabalho, buscamos entender as nuances de como a mídia retratou o caso Marielle Franco, observando diferentes narrativas que surgiram e como elas impactaram, de forma positiva e negativa, a memória da vereadora. O caso Marielle é uma ferida aberta na sociedade brasileira que expõe questões éticas do jornalismo, a desigualdade social, o racismo e a misoginia. O assassinato é atravessado por aspectos profundos e estruturais da sociedade, como a necropolítica, que foram deixados de lado na retratação do caso por diferentes veículos jornalísticos tradicionais nas mídias.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ANTUNES, Elton (Orgs.). **Um problema cotidiano**: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, [*S. l.*], n. 32, p. 122-151, 2016.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Reflexão sobre a "desordem da informação": formatos da informação incorreta, desinformação e má informação. *In*: IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie (Orgs.). **Jornalismo, Fake News & Desinformação**: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. 1. ed. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2019, p. 46-58.